

# Estudante exige mensalidade justa

Um teto de 69 por cento para os reajustes das mensalidades escolares e a abertura do livro-caixa das escolas privadas para a fiscalização por parte de alunos, professores e funcionários. Estas foram as duas reivindicações que levaram os estudantes das faculdades particulares de Brasília em passeata até o Palácio do Planalto, ontem pela manhã. Certa de uma hora depois da chegada, outro grupo uniu-se a eles. Eram membros do Movimento Negro Unificado, que protestavam contra o *apartheid* e queriam o imediato rompimento do Brasil com o governo racista da África do Sul.

Com as palavras de ordem "Se o aumento passar o pacote vai furar", os estudantes referiam-se ao anúncio feito na noite anterior pelo Governo fixando os percentuais de reajustes entre 66,13 e 73,4 por cento ao invés dos 89 por cento aprovados no início do ano pelo Conselho Federal de Educação. "A gente acha que a política de reajuste dos índices de mensalidades é equivocada. Essa

política procura exatamente manter o lucro das entidades particulares de ensino", afirmou o secretário-geral da UNE, Alberto Saldanha. Ele disse ainda que este movimento está acontecendo em nível nacional e em São Paulo várias escolas foram autuadas pela Sunab.

Uma comissão de nove membros de entidades estudantis das faculdades Dulcina, Católica, Ceub e UDF, além da União Brasileira dos Estudantes (Ubex) e da UNE, subiu até o Gabinete Civil da Presidência com a intenção de falar diretamente com o ministro Marco Maciel. As reivindicações foram ouvidas e anotadas pela coordenadora de relações públicas do gabinete, Maria Helena Lana, afirmando que seria impossível um encontro com o ministro naquela hora. "Mas podem ficar tranquilos que grande parte das reivindicações que chega até nós, desde que tenha amparo legal e não seja exagerada, tem sido atendida", assegurou Maria Helena.

Os estudantes reclama-

ram contra a inoperância do CFE no sentido de fiscalizar as entidades de ensino privado. O presidente do Centro Acadêmico de Direito da UDF, Pedro Eugênio, explicou que a Constituição proíbe que o ensino seja explorado como atividade lucrativa. Mas, segundo pesquisa feita no semestre passado pelo Diretório Central dos Estudantes da UDF, esta faculdade tinha um lucro de cerca de 75 por cento. Os estudantes acreditam que só será possível conseguir a observância deste princípio constitucional quando os livros-caixas das escolas particulares forem submetidos à fiscalização da comunidade escolar.

O presidente do DCE da UDF, João Madeira, afirmou que embora todas estas reivindicações sejam legítimas e fundamentais, o movimento estudantil está unido em torno de uma bandeira política muito mais importante, que é o fim do ensino pago: "O Estado tem a obrigação de oferecer aos cidadãos ensino público e gratuito em todos os níveis".